

**Rafael Cristiano Brugnerotto**

# **AÇÕES PENAIS CONSTITUCIONAIS**

**3ª edição, revista e atualizada**



**empóriodo direito**

**Florianópolis  
2016**



Copyright © 2016 by Rafael Cristiano Brugnerotto  
Diretora Responsável: Aline Gostinski  
Editor Responsável: Israel Vilela  
Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

### Conselho Editorial:

Aldacy Rachid Coutinho (UFPR)	Alexandre Morais da Rosa (UFSC e UNIVALI)
Aline Gostinski (UFSC)	André Karam Trindade (IMED-RS)
Antônio Gavazzoni (UNOESC)	Augusto Jobim do Amaral (PUCRS)
Aury Lopes Jr. (PUCRS)	Claudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva (ESMESC)
Eduardo Lamy (UFSC)	Jacinto Nelson de Miranda Coutinho (UFPR)
Juan Carlos Vezzulla (IMAP-PT)	Juarez Tavares (UERJ)
Julio Cesar Marcelino Jr. (UNISUL)	Luis Carlos Cancellier de Olivo (UFSC)
Marco Aurélio Marrafon (UERJ)	Márcio Staffen (IMED-RS)
Orlando Celso da Silva Neto (UFSC)	Paulo Marcio Cruz (UNIVALI)
Rubens R. R. Casara (IBMEC-RJ)	Rui Cunha Martins (Coimbra-PT)
Sérgio Ricardo Fernandes de Aquino (IMED)	Thiago M. Minagé (UNESA/RJ)

### DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Brugnerotto, Rafael Cristiano  
Ações penais constitucionais / Rafael Cristiano Brugnerotto

3ª ed. – Florianópolis: Empório do Direito, 2016

124 p.

ISBN 978-85-68972-83-0

1. Processo Penal Constitucional 2. Tribunal Constitucional - Brasil I. Título  
CDU 345  
342

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, Lei nº 10695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).  
Todos os direitos desta edição reservados à Empório do Direito Editora.



**emporiოდireito**.com.br

Todos os direitos desta edição reservados à Empório do Direito

Rua: Santa Luzia, 100 – sala 610  
CEP 88036-540 – Trindade – Florianópolis/SC  
www.emporiოდireito.com.br  
editora@emporiოდireito.com.br

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>O DIREITO E A CONSTITUIÇÃO</b> .....	<b>15</b>
1.1 SURGIMENTO DO ESTADO E A CONSTITUIÇÃO .....	16
1.2 SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	22
1.3 SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NO BRASIL ...	23
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>INFLUÊNCIA IDEOLÓGICA NO DIREITO</b> .....	<b>29</b>
2.1 A GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E O NEOCOLONIALISMO .....	36
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>O CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE</b> .....	<b>41</b>
3.1 MOMENTOS DO CONTROLE DA CONSTITUCIO- NALIDADE .....	41
3.1.1 Controle Preventivo .....	41
3.1.2 Controle Repressivo .....	42
3.2 CONTROLE JURÍDICO DA CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL .....	42
3.3 CONTROLE CONCENTRADO .....	43
3.3.1 Instrumentos do Controle Concentrado .....	43
3.4 CONTROLE DIFUSO DA CONSTITUCIONALIDADE E PROCESSO PENAL .....	46
3.4.1 Instrumentos Processuais Penais no Controle Difuso .....	50
3.5 HABEAS CORPUS .....	50
3.5.1 Evolução Histórica .....	51
3.5.2 Evolução Histórica no Brasil .....	53
3.5.3 Natureza Jurídica .....	55
3.5.4 Objeto .....	55
3.5.5 Cabimento .....	55
3.5.6 Competência .....	56
3.5.7 Legitimidade Ativa .....	57
3.5.8 Legitimidade Passiva .....	57
3.5.9 Habeas Corpus Preventivo .....	58
3.5.10 Habeas Corpus Repressivo .....	58
3.5.11 Habeas Corpus para Trancamento da Ação Penal ou Inquérito Policial .....	58
3.5.12 Procedimentos processuais .....	59
3.6 LIBERDADE PROVISÓRIA .....	61

3.6.1	Liberdade Provisória sem Fiança e Desvinculada .....	63
3.6.2	Liberdade Provisória com Fiança e Vinculada .....	63
3.6.3	Liberdade Provisória sem Fiança e Vinculada .....	64
3.6.4	Liberdade Provisória Proibida ou Vedada. ....	66
3.7	ARBITRAMENTO DE FLANÇA E LIBERDADE PROVISÓRIA ..	67
3.7.1	Procedimento .....	68
3.7.2	Fiança, Liberdade Provisória e o Estatuto do Desarmamento .....	68
3.7.3	Fiança e a Lei de Contravenções Penais Vadiagem e Mendicância	70
3.7.4	Liberdade Provisória e a Nova Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06 ...	71
3.7.5	Resolução nº 5/12 - Cabimento da conversão da pena privativa de liberdade por restritiva de direito. ....	77
3.7.6	Liberdade Provisória e a (In)afiançabilidade constitucional. ....	84

## **CAPÍTULO 4**

### **PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS CONSTITUCIONAIS .....**

4.1	PRINCÍPIO DO ESTADO DEMOCRÁTICO (SOCIAL) DE DIREITO .....	87
4.2	PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA .....	89
4.3	PRINCÍPIO DA ISONOMIA (IGUALDADE .....	90
4.3.1	Igualdade Substancial .....	91
4.3.2	Igualdade Formal .....	91
4.3.3	Igualdade Processual Penal .....	92
4.3.4	Tratamento igualitário a todos os acusados .....	92
4.3.5	Igualdade entre acusação e defesa .....	93
4.4	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE .....	94
4.5	PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL .....	97
4.6	PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA .....	98

## **CAPÍTULO 5**

### **CONTROLE POLÍTICO DA CONSTITUCIONA-LIDADE .....**

5.1	LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL ..	102
5.2	APROXIMAÇÃO FORMAL .....	102
5.3	LEGALIDADE REAL .....	103
5.4	LEGITIMIDADE SOCIAL .....	105

## **CAPÍTULO 6**

### **TRIBUNAL CONSTITUCIONAL E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL .....**

## **CAPÍTULO 7**

### **HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E PROCESSO PENAL. 115**

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS .....**

### **REFERÊNCIAS .....**

### **119**